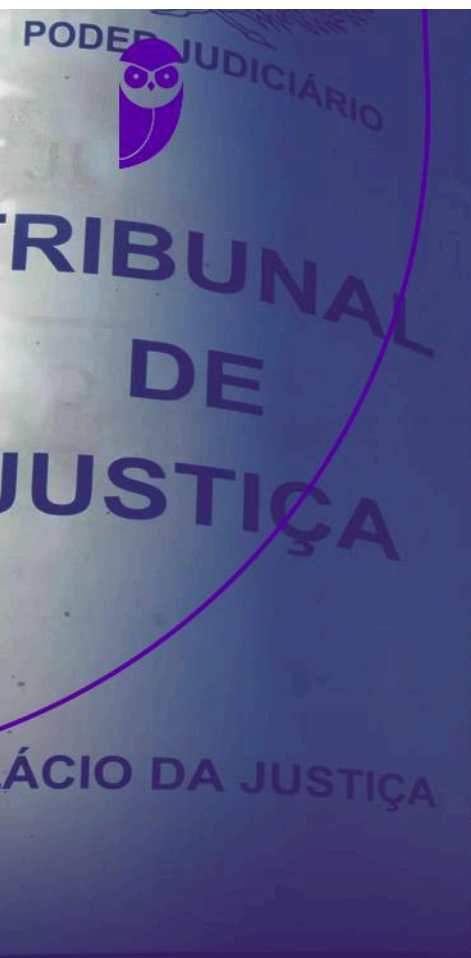


1ª Rodada - TJ-PR (Técnico Judiciário)

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Rodadas
Avançadas de Simulados - 2025 (Pós
Edital)*

Autor:
Sérgio Furtado Filho

16 de Agosto de 2025



TJ PR

(Técnico Judiciário)
2025 (Pós-Edital)



Simulado Especial

Rodada Avançada TJ-PR (Técnico Judiciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PR**, cargo de **Técnico Judiciário**;
- 2 - A prova contém **60 (sessenta) questões** com **5 (cinco) alternativas** de múltipla escolha, estando apenas uma correta, e **1 (uma) questão discursiva**;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **08:00h às 20:00h** para responder às questões e preencher o **Gabarito Eletrônico** a fim de que participem do **Ranking Exclusivo**;
- 5 - Caso o preenchimento do gabarito ocorra após às **20:00h**, o aluno participará apenas do **Ranking Geral**;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após as instruções deste simulado;
- 7 - **Até às 23:59h de quinta-feira**, serão disponibilizados na plataforma as estatísticas do seu resultado e comparativos com os outros alunos que tiverem feito o simulado até o momento, além do gabarito definitivo pós recursos.

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link para preencher seu gabarito ou copie e cole no seu navegador.

<https://forms.gle/SJQoXbEGQxMURcNY8>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |



LÍNGUA PORTUGUESA**O paradoxo da conexão**

Vivemos em uma era de hiperconectividade. A todo instante, notificações nos puxam para dentro de ambientes digitais que, embora repletos de informação, muitas vezes nos afastam do pensamento reflexivo. Paradoxalmente, quanto mais nos conectamos, mais escassos se tornam os momentos de escuta profunda, de leitura atenta e de silêncio interior.

Essa abundância de estímulos compromete a qualidade da atenção e impacta diretamente a construção do conhecimento. O consumo fragmentado de conteúdos, ainda que em larga escala, tende a não se transformar em aprendizagem efetiva, justamente porque não encontra repouso nem estrutura.

É urgente, portanto, reconfigurar nossa relação com a informação. Não se trata de negar os avanços tecnológicos, mas de integrá-los criticamente ao cotidiano, resgatando práticas cognitivas que favoreçam a compreensão, a análise e a síntese. Em meio à avalanche de dados, pensar continua sendo um ato de resistência.

1. No trecho “Paradoxalmente, quanto mais nos conectamos, mais escassos se tornam os momentos de escuta profunda...”, o termo “quanto mais” expressa:

- a) consequência
- b) comparação
- c) proporcionalidade
- d) condição
- e) finalidade

2. Considerando o conteúdo e a argumentação desenvolvidos no texto, assinale a alternativa compatível com a crítica apresentada.

- a) A comunicação digital é retratada como positiva, pois amplia o número de conexões interpessoais.
- b) A convivência presencial é menos eficaz que os laços mantidos virtualmente, segundo o autor.
- c) Pessoal, o texto sugere que a conexão digital é suficiente para garantir escuta ativa e presença genuína.
- d) Há uma crítica implícita à superficialidade dos vínculos mediados por telas.
- e) Veja bem, o autor defende a substituição da escuta presencial por interações assíncronas.

3. No trecho “quanto mais nos conectamos, mais escassos se tornam os momentos de escuta profunda”, a oração introduzida por “quanto mais” exerce função de:

- a) oração adverbial de comparação
- b) oração adverbial de condição
- c) oração adverbial proporcional
- d) oração adverbial final
- e) oração adjetiva explicativa

4. No trecho “perdemos a escuta genuína, aquela que não se apressa a responder, mas a **compreender**”, a expressão destacada tem como núcleo uma forma verbal que:

- a) indica ação reflexiva e está conjugada na primeira pessoa do singular
- b) expressa uma ação contínua em construção com valor progressivo
- c) apresenta voz passiva e indica um processo involuntário
- d) funciona como adjetivo e caracteriza o substantivo anterior
- e) opera como sujeito composto da oração subordinada adjetiva



5. No trecho “Se estamos sempre ocupados com múltiplas notificações, que lugar sobra para escutar o outro de verdade?”, a palavra “que” introduz uma oração que:

- a) atua como aposto explicativo, retomando “notificações”
- b) exerce função de pronome relativo e introduz oração adjetiva
- c) expressa finalidade da oração principal
- d) é uma conjunção integrante e introduz pergunta indireta
- e) equivale a “quanto” e expressa quantidade indeterminada

6. Considerando o gênero e a estrutura do texto, é correto afirmar que ele se organiza predominantemente como:

- a) artigo de opinião, com argumentação subjetiva e caráter opinativo
- b) crônica narrativa, centrada em experiências pessoais do autor
- c) texto dissertativo-expositivo, com análise neutra e objetiva de dados
- d) texto injuntivo, com predomínio de verbos no imperativo e tom normativo
- e) dissertação argumentativa, com tese, desenvolvimento e conclusão crítica

7. De acordo com as diretrizes do Manual de Redação da Presidência da República (2018), é correto afirmar que:

- a) a impessoalidade na redação oficial impede o uso da primeira pessoa do plural, como “informamos” ou “solicitamos”
- b) o uso do vocativo “Senhor Presidente da República” deve ser evitado, pois a linguagem deve ser sempre objetiva e direta
- c) a redação oficial deve adotar linguagem rebuscada e uso frequente de expressões latinas para demonstrar formalidade

d) a clareza e a concisão são princípios fundamentais, sendo recomendável evitar o uso de jargões técnicos desnecessários

e) o emprego da norma culta restringe o uso de verbos no infinitivo ou na forma impessoal em documentos oficiais

8. Com base nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República (2018), é adequado o uso do seguinte padrão de tratamento em um documento endereçado a uma autoridade do Poder Judiciário:

- a) A Sua Excelência o Senhor Doutor Juiz Federal, informamos que o processo foi arquivado conforme determinação normativa.
- b) Excelentíssimo Senhor Juiz Federal, vimos por meio deste encaminhar os autos para julgamento.
- c) Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal, comunicamos que as providências foram tomadas.
- d) Senhor Doutor Juiz Federal, venho por meio deste apresentar minhas considerações.
- e) À Vossa Excelência, comunicamos o cumprimento da decisão judicial, conforme solicitado.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

9. Um reservatório foi preenchido até $\frac{3}{5}$ de sua capacidade com água potável. Em seguida, foram adicionados mais 1.200 litros, completando totalmente o reservatório. Qual é a capacidade total desse reservatório?

- a) 1.800 litros
- b) 2.000 litros
- c) 2.400 litros
- d) 3.000 litros
- e) 3.600 litros



10. Em uma biblioteca, 120 alunos foram entrevistados sobre a leitura de dois gêneros: romances e biografias. Sabe-se que 70 alunos leem romances, 55 leem biografias e 20 não leem nenhum dos dois gêneros. Assinale a alternativa que corresponde ao número de alunos que lê os dois gêneros:

- a) 5
- b) 15
- c) 25
- d) 35
- e) 45

11. Um produto foi reajustado duas vezes: primeiro sofreu um aumento de 25% e, depois, um desconto de 20% sobre o novo valor. Sabendo que o valor inicial do produto era R\$ 200,00, assinale a alternativa correspondente ao valor final:

- a) R\$ 200,00
- b) R\$ 210,00
- c) R\$ 215,00
- d) R\$ 220,00
- e) R\$ 225,00

12. Observe a sequência a seguir:

2, 4, 7, 11, 16, 22, ...

Considerando a regularidade dessa sequência, assinale a alternativa que corresponde ao próximo número.

- a) 28
- b) 29
- c) 30
- d) 31
- e) 32

13. Considere as seguintes proposições:

P: João estuda.

Q: Maria trabalha.

Assinale a alternativa que corresponde corretamente à negação da proposição composta:

"João estuda e Maria trabalha."

- a) João não estuda e Maria não trabalha.
- b) João não estuda ou Maria não trabalha.
- c) Se João estuda, então Maria não trabalha.
- d) João estuda ou Maria trabalha.
- e) Maria não trabalha ou João estuda.

14. Considere a proposição composta:

"Se Pedro estuda, então ele será aprovado."

Assinale a alternativa que corresponde corretamente à negação lógica dessa proposição.

- a) Pedro estuda ou ele será aprovado.
- b) Pedro não estuda ou ele não será aprovado.
- c) Pedro estuda e ele não será aprovado.
- d) Pedro não estuda e ele será aprovado.
- e) Se Pedro não for aprovado, então ele não estudou.

15. Considere a seguinte afirmação:

"Todos os servidores públicos daquele setor são pontuais."

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a negação lógica dessa proposição.

- a) Nenhum servidor público daquele setor é pontual.
- b) Alguns servidores públicos daquele setor não são pontuais.
- c) Todos os servidores públicos daquele setor são impontuais.
- d) Nenhum servidor público daquele setor deixa de ser pontual.
- e) Alguns servidores públicos daquele setor são pontuais.



16. Considere o seguinte argumento:

Se o servidor foi convocado, então ele compareceu à audiência.

O servidor não compareceu à audiência.

Logo, o servidor não foi convocado.

Esse argumento é:

- a) Válido, pois aplica o modus ponens.
- b) Inválido, pois nega o consequente.
- c) Válido, pois aplica o modus tollens.
- d) Inválido, pois afirma o consequente.
- e) Válido, pois aplica uma equivalência lógica.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. Um servidor da Defensoria Pública precisa enviar um arquivo que contém 8 documentos escaneados em alta resolução, totalizando 22 MB. Sabendo que o limite de envio por e-mail da instituição é de 15 MB, assinale a opção abaixo que representa a solução tecnicamente mais adequada.

- a) Apagar parte dos documentos para reduzir o tamanho do arquivo e permitir o envio.
- b) Mudar a extensão do arquivo de .pdf para .txt, esperando que o tamanho diminua.
- c) Compactar o arquivo usando um programa como o WinRAR, dividindo-o em volumes menores que 15 MB.
- d) Imprimir os documentos e digitalizá-los novamente com menor resolução.
- e) Copiar o arquivo para um pendrive e colocá-lo no scanner para envio automático.

18. No contexto do Microsoft Excel 365 (em português), considere que um usuário deseja somar automaticamente os valores das células A1 até A10, assinale a alternativa que contém a sintaxe correspondente.

- a) =SOMA(A1:A10)
- b) =SOMAR(A1;A10)
- c) =ADICIONAR(A1:A10)
- d) =SOMA(A1-A10)
- e) =SOMA(A1+A10)

19. Assinale a alternativa que apresenta uma informação incorreta sobre os softwares utilitários mais comuns usados em ambientes computacionais.

- a) Antivírus são softwares que detectam, bloqueiam e removem arquivos maliciosos do sistema operacional.
- b) Compactadores de arquivos, como o WinRAR e o 7-Zip, servem para reduzir o tamanho de arquivos e pastas.
- c) Reprodutores de vídeo, como o VLC, são ferramentas usadas exclusivamente para edição de vídeos de longa duração.
- d) Clientes de e-mail, como o Thunderbird e o Outlook, permitem o gerenciamento de múltiplas contas de e-mail em uma mesma interface.
- e) Visualizadores de imagem são softwares destinados à abertura e visualização de arquivos em formatos como JPEG, PNG e BMP.



20. No que diz respeito aos recursos e funcionalidades do Microsoft Word 365, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso “Painel de Navegação” serve apenas para localizar palavras-chave por meio da ferramenta de busca, não sendo útil para visualizar a estrutura do documento.
- b) A opção “Mesclar Correspondência” é restrita à criação de etiquetas e não pode ser utilizada para cartas personalizadas ou envio de e-mails em massa.
- c) A ferramenta “Inserir Tabela” permite apenas a criação de tabelas simples, sem suporte a formatações como sombreamento ou bordas diferenciadas.
- d) A funcionalidade “Traduzir” realiza traduções apenas off-line e depende exclusivamente dos dicionários instalados localmente.
- e) O recurso “Controlar Alterações” possibilita acompanhar e revisar as modificações feitas em um documento, permitindo aceitar ou rejeitar cada edição individualmente.

21. Com base nos conhecimentos sobre segurança da informação e malwares, assinale a alternativa correta.

- a) O ransomware é um tipo de antivírus que realiza varreduras automáticas para detectar e remover ameaças em tempo real.
- b) O phishing é uma técnica utilizada por profissionais de segurança da informação para testar a resiliência dos sistemas.
- c) O spyware é um software legítimo desenvolvido para proteger dados sensíveis de navegação em redes corporativas.
- d) O firewall é um tipo de vírus que atua ocultamente no sistema operacional, capturando informações sigilosas.
- e) O malware conhecido como ransomware atua criptografando os dados da vítima e exigindo pagamento para liberar o acesso às informações.

22. Com base nos principais recursos dos navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome, assinale a alternativa correta.

- a) O modo de navegação anônima no Chrome impede completamente o rastreamento de dados por sites e provedores de internet.
- b) O Firefox não possui suporte nativo a extensões e complementos, exigindo instalação de softwares adicionais.
- c) O Microsoft Edge não permite sincronizar favoritos e senhas entre dispositivos, mesmo com login no navegador.
- d) Tanto o Chrome quanto o Firefox permitem salvar senhas, mas o Edge não possui essa funcionalidade.
- e) Os navegadores modernos permitem navegação sincronizada entre dispositivos por meio de login com conta do usuário, além de oferecerem recursos de segurança como bloqueio de pop-ups, proteção contra sites suspeitos e gerenciadores de senhas.

23. Em relação à utilização de sistemas de inteligência artificial (IA) em contextos cotidianos e profissionais, assinale a alternativa correta.

- a) Ferramentas de IA, como assistentes virtuais, só operam localmente e não se conectam à internet para oferecer respostas ou serviços.
- b) Sistemas de IA baseados em aprendizado de máquina não necessitam de dados para realizar inferências ou gerar previsões.
- c) Aplicações de IA, como mecanismos de recomendação em streaming, são baseadas em regras fixas programadas manualmente pelos desenvolvedores.
- d) O uso de IA em plataformas de busca e redação automática está restrito a softwares de grandes empresas de tecnologia e não pode ser acessado gratuitamente.
- e) A inteligência artificial é empregada em diversos serviços, como reconhecimento de voz, sistemas de recomendação, assistentes virtuais,



mecanismos de tradução automática e segurança digital.

24. Sobre funcionalidades e recursos dos sistemas operacionais Windows 10 e Windows 11, assinale a alternativa correta.

- a) O Windows 10 permite personalização da barra de tarefas, mas essa funcionalidade foi removida no Windows 11 para padronizar a interface com dispositivos móveis.
- b) Os sistemas Windows 10 e 11 não oferecem suporte nativo para múltiplas áreas de trabalho (desktops virtuais), sendo necessário instalar programas de terceiros.
- c) No Windows 11, o recurso "Snap Layouts" permite organizar janelas na tela de forma automática, mas está disponível apenas em computadores com dois monitores.
- d) A Central de Ações (Action Center), que reúne notificações e atalhos de configurações rápidas, foi totalmente substituída no Windows 11 por um painel dividido entre notificações e configurações rápidas.
- e) O Windows 10 e 11 utilizam apenas o menu "Iniciar clássico", sem suporte para blocos dinâmicos ou personalização de ícones e pastas.

LEGISLAÇÃO

25. É um dever das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

- a) trabalhar em ambiente saudável, que preserve sua integridade física, moral e psicológica, com acesso às instalações físicas seguras, salubres, acessíveis e adequadas às atividades laborais.
- b) exercer as atribuições do cargo ou da função com zelo, eficácia, eficiência, excelência e rendimento funcional.

c) ser científica, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação.

d) participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao desenvolvimento profissional.

e) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado.

26. De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar que compete ao Estado do Paraná legislar concorrentemente com a União sobre:

- a) Florestas.
- b) Desapropriação.
- c) Direito comercial.
- d) Informática.
- e) Registros públicos.

27. Helton ocupa o cargo de técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, após mais de dez anos de efetivo exercício, apresentou sintomas de síndrome do pânico, motivo pelo qual ficou afastado durante um ano para tratamento de saúde. Após esse período, o servidor retornou ao trabalho, mas como não consegue mais trabalhar sob demanda, foi lotado em um local condizentes com as novas limitações sofridas por ele.

Nesse caso, segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008 (Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná), pode-se afirmar que Helton foi:

- a) Reintegrado.
- b) Revertido.
- c) Readaptado.
- d) Reconduzido.
- e) Reaproveitado.



28. De acordo com as disposições previstas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, a competência para disciplinar o uso de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real para realização de sustentações orais é do:

- a) Procurador-Geral de Justiça.
- b) Ouvidor-Geral de Justiça.
- c) Corregedor-Geral de Justiça.
- d) Vice-Presidente do Tribunal.
- e) Presidente do Tribunal.

29. Em relação à Lei nº 13.709/2018, julgue as assertivas a seguir:

I- A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

II- É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

III- O princípio da prevenção implica na utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) I e III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II e III.

30. No âmbito da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que o princípio da integridade:

- a) É a condição atribuída a dado, informação ou conhecimento de este não ter sido alterado ou destruído de maneira não autorizada.
- b) Determina que o elemento de operações seja estruturado de forma a possibilitar seu imediato acionamento sempre que necessário, com a máxima abrangência possível.
- c) É a condição de se identificar quem produziu, expediu, modificou ou destruiu um determinado conhecimento, informação ou dado sensível.
- d) É a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- e) Estabelece que os profissionais do elemento de operações mostrem-se resistentes a dificuldades e frustrações, a fim de serem capazes de perceber, avaliar e reagir rapidamente a situações adversas e controlar sua atuação de forma a não comprometer as ações operacionais que estão sendo desenvolvidas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. As Constituições podem ser classificadas sob diversas óticas distintas, a depender de suas características. De acordo com o entendimento doutrinário, a Constituição Federal de 1988 é classificada como promulgada, uma vez que conta com a participação do povo em sua formulação, já que os legisladores são os representantes eleitos pelo povo.

Essa classificação leva em consideração:

- a) A origem da Constituição.
- b) O conteúdo da Constituição.
- c) A ideologia da Constituição.
- d) A ontologia da Constituição.
- e) A forma da Constituição.



32. “A Emenda Constitucional é uma espécie de norma jurídica que altera a Constituição. Tem origem a partir de proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas do país. (Fonte: Agência Senado, adaptado)”

De acordo com o entendimento doutrinário, é correto afirmar que as emendas constitucionais exteriorizam a atuação do

- a) Poder Constituinte Originário na Administração Pública.
- b) Poder Constituinte Derivado Reformador na Administração Pública.
- c) Poder Constituinte Derivado Decorrente na Administração Pública.
- d) Poder Constituinte Derivado Revisor na Administração Pública.
- e) Poder Constituinte Derivado Retificador na Administração Pública.

33. Todas as alternativas a seguir preveem princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil à exceção de uma. Assinale-a:

- a) independência nacional.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) pluralismo político.
- d) concessão de asilo político.
- e) defesa da paz.

34. Miguel ocupa o cargo de delegado de polícia do Estado do Paraná e, após tomar um lençol e duas canetas no futebol de domingo, começou a perseguir Gerson, autor dos dribles desconcertantes, ameaçando-o de prendê-lo, mesmo de forma injustificada, por meio de provas fictícias plantadas. Sabendo disso, Gerson busca o

auxílio de um advogado para auxiliá-lo nessa situação, uma vez que teme ser preso de forma injusta.

Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o remédio constitucional ideal para proteger Gerson de ser preso injustamente será a(o):

- a) Ação popular.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de segurança.
- d) Mandado de injunção.
- e) Habeas corpus.

35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é considerado um direito dos trabalhadores urbanos e rurais que é extensível à categoria de trabalhadores domésticos o direito à(ao):

- a) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- b) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- c) proteção em face da automação, na forma da lei.
- d) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- e) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

36. De acordo com o entendimento doutrinário, os agentes públicos atuam em nome do Estado. Dessa forma, não poderá ocorrer a promoção pessoal do agente público pelos atos realizados em sua atividade funcional.

Essa proibição objetiva o cumprimento do princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

37. A prerrogativa da Administração Pública de punir infrações funcionais de servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, que possuem vínculo jurídico especial com o poder público, está ligada a aplicação do poder:

- a) Regulamentar.
- b) de Polícia.
- c) Hierárquico.
- d) Discricionário.
- e) Disciplinar.

38. No âmbito da Administração Pública Indireta, a Sociedade de Economia Mista pode ser descrita como:

- a) a entidade instituída pelo Poder Público como o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica de direito público ou privado e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado de ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos limites da lei.
- b) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e

com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

- c) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- d) a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- e) a entidade privada, sem fins lucrativos, que é qualificada pelo Poder Público para realizar atividades de interesse público, como ensino, pesquisa, cultura e saúde.

39. Os atos negociais são aqueles em que a vontade da administração coincide com a pretensão de um particular, sendo exigidos quando o particular necessita obter uma anuência ou consentimento prévio do Estado para poder exercer legitimamente determinada atividade.

Nesse caso, assinale a alternativa que contenha corretamente um exemplo de ato administrativo negocial.

- a) Deliberação.
- b) Despacho.
- c) Atestado.
- d) Admissão.
- e) Circular.



40. De acordo com as disposições legais presentes na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o agente público que, dolosamente, celebre um contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária cometerá:

- a) Um fato atípico.
- b) Um ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- c) Um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário público.
- d) Um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- e) Um crime previsto expressamente na Lei de Improbidade Administrativa.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

41. Em um processo judicial que versa sobre a validade de uma doação realizada por um jovem de 17 anos, seus pais alegam que o ato é inválido por vício de capacidade. Contudo, o jovem demonstra estar empregado há mais de um ano como programador em uma empresa de tecnologia, com contrato formal e salário regular, do qual retira seu sustento. Diante desse contexto, à luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) O ato é nulo, pois o menor de 18 anos é absolutamente incapaz para praticar atos da vida civil.
- b) O ato é anulável, pois os menores entre 16 e 18 anos somente podem realizar negócios jurídicos com assistência dos pais ou tutor.
- c) O ato é válido, pois o menor adquiriu capacidade plena por força da existência de relação de emprego e economia própria, ainda que sem emancipação formal.
- d) O ato é inválido, pois a emancipação por relação de emprego exige autorização judicial, o que não foi demonstrado.

e) O ato é ineficaz, pois o menor só se torna plenamente capaz ao completar 18 anos, independentemente de sua condição econômica.

42. Mário, renomado escritor, teve sua imagem exposta em uma campanha publicitária de uma editora sem ter concedido autorização prévia. A campanha utilizava uma foto sua para promover obras de outros autores, atribuindo-lhe inclusive falsas citações laudatórias. Sentindo-se lesado em sua honra e boa fama, Mário decide ajuizar ação para a cessação da exposição e reparação dos danos. Com base no Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Mário poderá requerer a proibição da utilização de sua imagem por se tratar de divulgação não autorizada e com finalidade comercial, configurando violação ao seu direito da personalidade.
- b) A utilização da imagem de Mário é lícita, pois sua atuação pública como escritor permite o uso de sua imagem para fins comerciais sem autorização.
- c) Apenas haveria violação se a imagem de Mário estivesse associada a conteúdo difamatório ou ofensivo, o que não ocorreu no caso.
- d) A divulgação é permitida se a editora alegar interesse público na promoção de obras culturais.
- e) Mário não poderá pleitear reparação, pois não houve dano material efetivamente comprovado.



43. Uma associação civil sem fins lucrativos foi constituída por um grupo de profissionais com o objetivo de promover educação ambiental. Com o tempo, seus administradores começaram a utilizar os recursos da entidade para cobrir despesas pessoais e realizar transações financeiras em benefício próprio. Diante dessa situação, e à luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) A confusão entre os bens da associação e dos administradores não autoriza qualquer medida judicial contra estes, dada a autonomia da pessoa jurídica.
- b) Apenas o Ministério Público poderá propor ação visando à responsabilização pessoal dos administradores, por se tratar de entidade sem fins lucrativos.
- c) A responsabilização dos administradores dependerá da demonstração de prejuízo efetivo à associação.
- d) A responsabilidade pessoal dos administradores só ocorre se houver dissolução da entidade.
- e) É possível desconsiderar a personalidade jurídica da associação e estender os efeitos das obrigações aos administradores, diante da confusão patrimonial constatada.

44. Maria, de 67 anos, vive em uma instituição de longa permanência para idosos. Sua filha pretende firmar um contrato com a instituição em nome da mãe, autorizando o custeio da estadia com parte do benefício previdenciário que Maria recebe. A instituição, por sua vez, exige que esse contrato seja firmado pela própria idosa, independentemente de sua capacidade civil. À luz do Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

- a) A exigência da instituição é legítima, pois a idosa deve ser a única responsável por firmar contratos que envolvam seu patrimônio.
- b) A filha só poderá assinar o contrato se comprovar dependência econômica da mãe.

- c) A exigência é nula, já que qualquer parente pode firmar o contrato.
- d) A filha poderá firmar o contrato, caso Maria seja considerada incapaz, na qualidade de representante legal.
- e) O contrato é desnecessário em se tratando de entidade filantrópica.

45. Mariana, pessoa com deficiência auditiva, foi impedida de participar de uma audiência pública municipal por não haver intérprete de Libras disponível no local. Alegando discriminação, acionou o Ministério Público para garantir seu direito de participação. Diante dessa situação, conforme a LEI Nº 13.146/ 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que:

- a) A presença de intérprete de Libras é exigência apenas em instituições educacionais, não em eventos públicos.
- b) A realização da audiência sem intérprete é regular, desde que as falas estejam transcritas em tempo real.
- c) A ausência de intérprete de Libras constitui barreira comunicacional e caracteriza violação ao direito de participação da pessoa com deficiência.
- d) A disponibilização de intérprete é opcional e deve ser solicitada com antecedência mínima de 15 dias.
- e) O direito à participação está condicionado ao uso de tecnologias pessoais, como aplicativos de transcrição.



NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Em determinada comarca, Marcos, microempreendedor individual, propôs ação contra fornecedor de equipamentos eletrônicos, pleiteando indenização por danos materiais no valor de R\$8.000,00, decorrente do fornecimento de produtos defeituosos. A demanda foi ajuizada no Juizado Especial Cível. Na audiência inicial, Marcos compareceu desacompanhado de advogado, sendo o réu representado por preposto de pessoa jurídica. Diante da situação descrita e à luz da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) Marcos não poderia ajuizar a ação no Juizado Especial por ser microempreendedor individual, categoria vedada nesse procedimento.
- b) A ausência de advogado por parte de Marcos torna o processo nulo, pois sua presença é obrigatória, independentemente do valor da causa.
- c) O fato de o réu ser pessoa jurídica impõe a Marcos o dever de estar assistido por advogado, sob pena de nulidade absoluta.
- d) Marcos tem o direito de assistência judiciária gratuita prestada por órgão junto ao Juizado, caso deseje, dada a presença do advogado do réu.
- e) O preposto da pessoa jurídica ré não poderia ser admitido sem vínculo empregatício, ainda que munido de carta de preposição.

47. No curso de uma ação cível, João, regularmente citado, apresenta contestação em que alega sua ilegitimidade passiva e afirma desconhecer a identidade do verdadeiro responsável pelos fatos descritos na inicial. Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a contestação, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz determinará a extinção do processo sem resolução do mérito, dada a ilegitimidade passiva.

- b) João poderá ser excluído do polo passivo, independentemente de ressarcimento de despesas.
- c) A alegação de ilegitimidade afasta o dever do réu de indicar o sujeito passivo da relação jurídica.
- d) O juiz intimará o autor para emendar a inicial e incluir novo pedido de tutela provisória.
- e) O réu que alega ilegitimidade deve indicar o sujeito passivo, se souber, sob pena de arcar com despesas processuais e indenizar o autor.

48. A atuação do Ministério Público, segundo o Código de Processo Civil, no papel de fiscal da ordem jurídica, abrange:

- a) Apenas os casos em que há incapazes, devido à necessidade de proteção especial a este grupo.
- b) Qualquer processo em que haja participação da Fazenda Pública, independentemente de interesse público ou social.
- c) Processos previstos em lei ou na Constituição que envolvam interesse público, incapazes ou litígios coletivos pela posse de terra.
- d) Todos os processos judiciais que envolvam direitos indisponíveis, independentemente de previsão legal específica.
- e) O Ministério Público pode atuar como fiscal da ordem jurídica apenas quando for parte no processo ou houver expressa solicitação judicial.

49. Durante o trâmite de uma ação, comprova-se que o réu é curatelado e não foi representado por curador legal. Com base na legislação processual civil:

- a) O juiz deve prosseguir normalmente, sem interferir na representação.
- b) Deve nomear imediatamente um defensor dativo, sem suspensão do processo.
- c) O vício poderá ser sanado apenas com o consentimento das partes.
- d) O juiz suspenderá o processo e nomeará curador especial para o incapaz até a regularização da representação.



e) A nulidade será declarada somente se houver prejuízo manifesto às partes.

50. De acordo com as normas sobre intimações previstas no Código de Processo Civil, marque a assertiva correta:

- a) A intimação realizada por meio eletrônico dispensa a aplicação das regras gerais previstas para o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- b) É permitido que os advogados promovam intimações diretamente por correio, desde que instruem o ofício com cópia do despacho, decisão ou sentença.
- c) A grafia abreviada dos nomes das partes é permitida nas publicações do órgão oficial, desde que não gere confusão com outras partes do processo.
- d) Caso o advogado retire os autos do cartório ou secretaria em carga, é imprescindível que aguarde a publicação oficial para que a intimação seja considerada válida.
- e) As intimações por meio eletrônico somente produzem efeitos após a manifestação expressa da parte intimada, independentemente do decurso de prazo.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

51. A vedação constitucional sobre a aplicação de penas de trabalho forçado e prisão perpétua buscam cumprir o princípio da:

- a) Proporcionalidade.
- b) Humanidade.
- c) Lesividade.
- d) Taxatividade.
- e) Determinação.

52. De acordo com o entendimento doutrinário, é correto afirmar que, para a teoria finalista, o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado está inserido no âmbito da(o):

- a) Fato típico.
- b) Illicitude.
- c) Culpabilidade.
- d) Antijuridicidade.
- e) Punibilidade.

53. No âmbito do Direito Penal, a perempção:

- a) se refere à perda do poder de exercer um direito devido à inação de seu titular, excluindo a ilicitude do crime.
- b) é responsável por fazer o Estado determinar que as condutas praticadas pelos agentes não sejam consideradas crimes, excluindo a culpabilidade dos agentes.
- c) é a desistência do ofendido de exercer seu direito de seguir na persecução penal, excluindo a punibilidade dos agentes.
- d) é a perda do direito de ajuizar a ação pelo extrapolar do prazo, excluindo a punibilidade dos agentes.
- e) ocorre quando o querelante deixa de realizar atos processuais sem motivos justificados, excluindo a punibilidade dos agentes.

54. De acordo com o Código Penal, é considerado um crime praticado por particular contra a Administração em Geral o delito de:

- a) Corrupção passiva.
- b) Prevaricação.
- c) Concussão.
- d) Corrupção ativa.
- e) Facilitação de contrabando.



55. Sobre as disposições legais presentes na Lei nº 7.716/1989, julgue as assertivas a seguir:

- I- Esta Lei abrange os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de religião.
- II- O crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional tem a pena aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.
- III- Exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia em anúncios de recrutamento, quando não justificados pelas atividades do cargo, configura crime de discriminação racial.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I, II e III.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

56. De acordo com o Art. 5º, inciso LIII da CF/88, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Esse dispositivo constitucional exterioriza o conceito do princípio da(o):

- a) Juiz natural.
- b) Devido processo legal.
- c) Contraditório.
- d) Ampla defesa.
- e) In dubio pro reo.

57. No âmbito do inquérito policial, é correto afirmar que, em se tratando de crime de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial deve instaurar o Inquérito Policial sempre que tiver notícia da prática de um delito desta natureza.

Essa característica do Inquérito Policial é denominada de:

- a) Inquisitorialidade.
- b) Oficiosidade.
- c) Oficialidade.
- d) Indisponibilidade.
- e) Dispensabilidade.

58. Em relação ao Acordo de Não Persecução Penal-ANPP, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É um negócio jurídico celebrado entre o Ministério Público e o investigado antes do início da ação penal.
- b) É formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor, sendo posteriormente submetido à homologação pelo Poder Judiciário.
- c) Caso o investigado cumpra integralmente as condições impostas, o juízo competente decretará a extinção da punibilidade.
- d) Para a sua formalização, a infração penal cometida deve ter pena máxima inferior a 4 anos.
- e) Para que seja cabível um Acordo de Não Persecução Penal, é essencial que não seja cabível a transação penal.



59. Considere que Arnaldo, Beto, Caio, Douglas e Evandro sejam brasileiros que estejam foragidos da polícia, visto que cometeram diferentes tipos de delitos. Sendo que:

- Arnaldo cometeu o crime de homicídio culposo.
- Beto cometeu o crime de furto qualificado.
- Caio cometeu o crime de tráfico de drogas.
- Douglas cometeu o crime de epidemia com resultado de morte.
- Evandro cometeu um crime contra o sistema financeiro.

Sabe-se que as autoridades judiciais decretaram a prisão temporária dos cinco suspeitos.

Nesse caso, à luz das disposições legais previstas na Lei nº 7.960/1989, é correto afirmar que, cumpridos os demais requisitos legais:

- a) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Arnaldo e Beto, somente.
- b) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Caio e Douglas, somente.
- c) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Evandro e Caio, somente.
- d) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Douglas e Arnaldo, somente.
- e) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Caio, Douglas e Evandro, somente.

60. Henrique foi renovar sua Carteira Nacional de Habilitação no Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e, por estar extremamente irritado com a demora e o atendimento dispensados pelos agentes públicos do local, se dirigiu ao balcão e xingou, repetidamente, um funcionário público que estava no expediente. Assim, foi denunciado pelo Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, pelo crime de desacato. Porém, a autoridade judicial rejeitou a denúncia do Parquet, uma vez que considerou que

não havia justa causa para o exercício da ação penal.

Nesse caso, é correto afirmar que o recurso ideal para o Ministério Público recorrer da rejeição da denúncia é a(o):

- a) Apelação.
- b) Recurso em sentido estrito.
- c) Recurso ordinário.
- d) Embargos de declaração.
- e) Recurso extraordinário.






Redação

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.



Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	



Rodadas Avançadas de Simulados para TJ-PR (Técnico Judiciário) - 22/06/2025

07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/ZquhFz7Kx7jG8Fyu7>

NÃO É ASSINANTE?



Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.